

## O CENSO AGROPECUÁRIO 2017

*Gerson Teixeira\**

**Resumo:** De plano, vale destacar que neste documento, conforme esclarecimentos posteriores, adotamos o levantamento sobre a agricultura familiar em 2017 com os critérios conceituais dessa categoria vigente em 2006, conforme originalmente divulgado pelo IBGE (SIDRA). Por suposto, este procedimento metodológico é impositivo para a comparabilidade honesta dos Censos Agropecuários (CAs) de 2006 e 2017. Os resultados do CA de 2017 são especialmente instigantes por revelarem uma aparente contradição com grande significado político. O CA retrata um período quase integralmente sob governos do Partido dos Trabalhadores, no qual, inegavelmente, foram ampliados os recursos, e diversificadas as políticas de apoio à agricultura familiar e camponesa. No entanto, o Censo revela dados que contrastam com os esforços pela valorização da agricultura familiar e com o desempenho esperado desse segmento social. Com efeito, o IBGE mostra (ou mostrou) entre outros fenômenos, tanto a redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar, como a queda da sua participação na produção dos principais alimentos que integram a dieta básica dos brasileiros. O que aconteceu de 2006 a 2017? Problema de gestão? Inadequação dos instrumentos adotados? Este ensaio procura resumir as mudanças ocorridas no campo nesses primeiros dez anos do século XXI pesquisados pelo Censo Agropecuário, com o propósito de permitir conclusões mais evidentes sobre os fenômenos processados no período. Para tentar dar respostas à contradição antes observada seria necessária uma incursão mais profunda nos dados do Censo Agropecuário, o que certamente deverá ser feito pelos especialistas com maiores possibilidades de dedicação o tema. De todo o modo, avaliamos a utilidade dos dados e análises apresentadas para a percepção dos fenômenos mais gerais que marcaram a realidade agrária no período de 2006 a 2017.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; produção de alimentos; utilização da terra.

### AGRICULTURAL CENSUS 2017

**Abstract:** To begin with, it is worth mentioning that in this document, according to later clarifications, we adopted the survey on family farming in 2017 with the conceptual criteria of this category in force in 2006, as originally released by IBGE (SIDRA). Of course, this methodological procedure is mandatory for the honest comparability of the 2006 and 2017 Agricultural Census (CA). The results of the 2017 CA are especially compelling as they reveal an apparent contradiction with great political significance. The CA portrays a period almost entirely under the governments of the Workers' Party, in which, undeniably, resources were expanded and policies to support family and peasant agriculture were diversified. However, the Census reveals data that contrast with efforts to valorize family farming and with the expected performance of this social segment. Indeed, the IBGE shows (or showed), among other phenomena, both the reduction in the number of family farming establishments and the drop in its participation in the production of the main foods that make up the basic diet

---

\* Ex-presidente da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.

of Brazilians. What happened from 2006 to 2017? Management problem? Inadequacy of the instruments adopted? This essay seeks to summarize the changes that occurred in the field in the first ten years of the 21st century researched by the Agricultural Census, with the purpose of allowing more evident conclusions about the phenomena processed in the period. In order to try to provide answers to the contradiction previously observed, a deeper incursion into the data of the Agricultural Census would be necessary, which should certainly be done by specialists with greater possibilities of dedication to the topic. In any case, we evaluated the usefulness of the data and analyzes presented for the perception of the more general phenomena that marked the agrarian reality in the period from 2006 to 2017.

**Keywords:** Family farming; food production; land use.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Como é de praxe, o Censo Agropecuário (CA) 2017 também incluiu inovações metodológicas que devem ser levadas em conta, em especial, no estudo comparativo com edições anteriores do CA, ou com as realidades agrárias de outros países.

De todo o modo, no esforço pela padronização internacional das informações do CA/2017, o IBGE seguiu as recomendações do “Programa del Censo Agropecuario Mundial 2020”, implementado pela FAO) em 2016. Claro que o propósito do procedimento é o de unificar os conceitos e assegurar a máxima comparabilidade dos resultados para todos os países promotores de pesquisas semelhantes.

A pesquisa do CA 2017 foi antecipada de críticas ao IBGE pelas mudanças nos formulários e no plano de execução do Censo em decorrência de restrições orçamentárias do órgão. No entanto, em resposta, foi garantida, no mínimo, a reedição em 2017, dos termos do CA de 2006.

Independente desse debate chama a atenção o fato de o IBGE ter perdido a oportunidade de registrar a propriedade e o arrendamento de terras por pessoas estrangeiras. Trata-se de tema recorrente na agenda política do país, e o CA/2017 seria uma ocasião propícia para informar a sociedade brasileira acerca da fração do território nacional sob o controle direto de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. O CA/2006 identificou a origem estrangeira dos produtores pesquisados; no CA/2017, nem isto.

A data de referência do Censo Agropecuário 2017 para informações sobre pessoal ocupado, efetivos da pecuária, lavoura permanente e outros dados, foi o dia 30

---

<sup>1</sup> A versão original deste ensaio foi divulgada em novembro de 2019, poucos dias após a divulgação dos resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017, em 25 de outubro. Nesta versão, revisamos a atualizamos o documento original para contribuir nos debates sobre a matéria.

de setembro de 2017. Os dados sobre propriedade, produção, área, etc, tiveram como período de referência o intervalo de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.

Os estabelecimentos agropecuários, ainda que apresentem utilidade para o diagnóstico da estrutura de posse da terra, não têm a mesma precisão que a categoria dos imóveis rurais. A categoria “estabelecimento” está relacionada ao produtor, e não, à titularidade do imóvel.

No CA/2017, por exemplo, diversamente no Censo 2006, as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município entre outros requisitos. Entre outras consequências do procedimento, tem-se que a categoria produtor não coincide com a figura do titular do estabelecimento. Neste caso, pode ser que tenhamos um produtor e dois proprietários, ou arrendatários, etc.

Outro aspecto relevante é que o CA/2017 considerou como unidades recenseáveis, ou seja, estabelecimentos, além das fazendas, hortos, postos zootécnicos, estações experimentais e hotéis-fazenda; explorações em conventos, hospitais, asilos, orfanatos, escolas profissionais, patronatos, reformatórios, prisões ou locais para lazer, desde que tivessem tido explorações agropecuárias, florestais ou aquícolas no período de referência. Há, portanto, o superdimensionamento dos microestabelecimentos, o que implica em admitir que o número de estabelecimentos em 2017 está inflado em comparação com 2006.

Mais relevante, ainda: para a (honest) comparabilidade dos dados sobre os estabelecimentos da agricultura familiar entre 2006 e 2017, é necessário adotar em 2017, os mesmos critérios conceituais da categoria utilizados pelo IBGE em 2006. Especificamente faço referência ao critério relativo à proporção da renda gerada internamente no estabelecimento familiar.

Nos termos da Lei nº 11.326, de julho de 2006, o CA 2006 considerou agricultor familiar, no que tange a esse ponto, aquele com renda, na maior parte, ou seja, mais de 50%, originada de atividades do próprio estabelecimento ou empreendimento. Esse critério foi alterado pela Lei nº 12.512, de 2011, que passou a considerar como agricultor familiar aquele com percentual mínimo da renda familiar originada no estabelecimento ou empreendimento, ou seja, quem teve 90% da renda obtida fora do estabelecimento ainda assim é tido como agricultor familiar. Ora, com essa mudança, o CA 2017 incluiria milhares de unidades familiares não consideradas em 2006. Com base num Ato do “presidente” Temer, na primeira divulgação dos resultados finais do

CA 2017 o IBGE corretamente fez o levantamento considerando apenas o mesmo critério de 2006, o que permitiu a comparabilidade entre os dois anos.

Porém, como o confronto 2017/2006 demonstrou a queda acentuada no número de estabelecimentos familiares, o IBGE passou a sofrer intensa pressão de ex-gestores do MDA, o que levou essa entidade da administração federal a disponibilizar mais três levantamentos<sup>2</sup>, a saber:

- 1) Estabelecimentos agropecuários que atendem às regras de 2017;
- 2) Estabelecimentos agropecuários que atendem às regras de 2006 e os que atendem às regras de 2017;
- 3) Estabelecimentos em 2017 segundo a classificação FAO/INCRA quanto ao Tipo de agricultor e quanto ao Tipo de Agricultura Familiar.

Feitas essas observações importantes, o presente texto tem ambição limitada, e se restringe a uma abordagem tópica de aspectos políticos selecionados do CA 2017, que nem remotamente alcançam a dimensão e a complexidade da realidade retratada pela pesquisa.

A academia e as instituições de pesquisa terão o desafio de desvendar e qualificar os fenômenos socioeconômicos e territoriais processados nas áreas rurais do país particularmente nos dez últimos anos marcados pela absoluta hegemonia do agronegócio.

## **1. 2006 A 2017: UMA JANELA HISTÓRICA PERDIDA?**

Creio que alguns dados revelados pelo Censo Agropecuário 2017 requerem o aprofundamento do estudo da pesquisa para a caracterização adequada da realidade agrária forjada na década entre os dois últimos Censos Agropecuários.

Em especial, é instigante para os setores progressistas a avaliação sobre a provável perda das condições institucionais e políticas diferenciadas vigentes entre 2006 e 2017 para avanços mais substantivos na direção de um projeto democrático e sustentável para as áreas rurais do país.

---

<sup>2</sup> Os dados com o levantamento original são mantidos sem destaque no site do IBGE. É correto que o IBGE faça o levantamento com as regras de 2017 porque é Lei e possibilitará a comparabilidade com os resultados dos futuros CAs, caso não ocorra nova mudança no conceito de agricultor familiar. Mas é lamentável que falsos especialistas propaguem resultados comparando a agricultura familiar em 2006 com 2017 com metodologias diferentes que inflam artificialmente os dados de 2017. Manipulação intelectual vulgar com fins de manipulação da realidade.

A eventual comprovação dessa hipótese leva inevitavelmente à seguinte questão: o que aconteceu? Certamente, compromisso e engajamento em torno desse projeto não faltaram. Não há resposta fácil, até porque a hipótese aqui aventada carece de maior aprofundamento analítico.

Contudo, os indícios expostos desautorizam reações apressadas e irrefletidas de contestação aos dados como estratégia de autodefesa sobre uma situação que requer reflexão desapaixonada de valor até pedagógico. Sim, porque a “esta altura do jogo político” não será nenhuma surpresa o retorno ao governo, das forças populares e democráticas.

Na busca de explicações, também devemos ter cautela na vinculação de fenômenos indesejáveis verificados, como eventos inescapáveis ao avanço do capitalismo no campo. Antes de se recorrer a Lenin e Kautsky seria recomendável investigar se a frustração de progressos mais substanciais na direção de um contramovimento à realidade derivada do padrão agrícola produtivista, plenamente possível no caso brasileiro, tenham sido resultado da política.

Um exemplo pontual, mas de grande repercussão: há muitos anos, vários estudiosos e lideranças apontam as deformações congênitas do Pronaf na forma como o programa é concebido e executado. Ao que parece, a indiferença à crítica, findou levando à comprovação das mesmas.

De outra parte, até onde eventuais problemas de gestão da mesma forma concorreram para algumas situações reveladas pelo CA 2017?

Enfim, são especulações que mereceriam consideração na avaliação das políticas agrárias implementadas de 2006 a 2017.

Por suposto, a realidade retratada na década em referência é fruto de processo histórico que não iniciou em 2006 e muito menos terminou em 2017. O que estamos questionando é porque fenômenos indesejáveis e plenamente evitáveis ocorreram no período em referência.

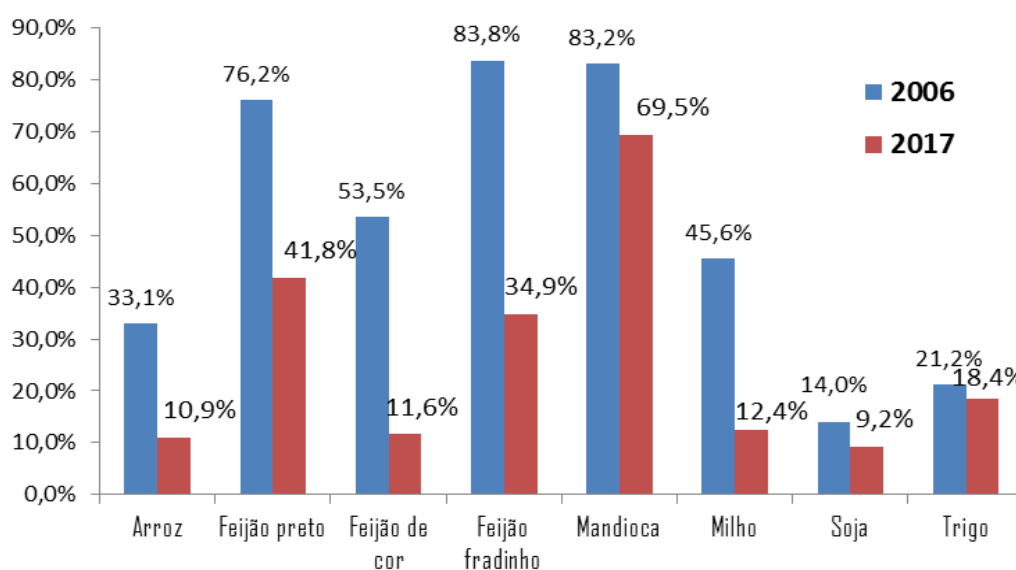
Para ilustrar as avaliações acima, antecipamos, na sequência, algumas constatações permitidas pelo CA 2017, exploradas com mais detalhes ao longo do texto:

- ❖ Quando se compara, corretamente, o número de estabelecimentos familiares de 2017, com 2006, conforme colocado acima, conclui-se que o número de estabelecimentos da agricultura familiar sofreu redução de 10,7%. Foram 468.859 unidades que desapareceram;

- ❖ De outra parte, o número de estabelecimentos patronais foi ampliado em 366,5 mil unidades, com o incremento na área total de 16,8 milhões hectares;
- ❖ Em termos absolutos a região que experimentou a maior redução no número de estabelecimentos familiares foi o Nordeste com 348,3 mil estabelecimentos extintos (-15,9%);
- ❖ No entanto, em termos relativos a maior redução no número de estabelecimentos familiares ocorreu no Sul com uma perda de 21,6% (184 mil estabelecimentos);
- ❖ No Nordeste quase dobrou o número de estabelecimentos patronais (81,3%), mas, com redução expressiva de área, tanto na “agricultura familiar” (2,4 milhões hectares) como na “patronal” (2,8 milhões hectares);
- ❖ No Sul ocorreu a importante redução de área nos estabelecimentos familiares, de 1,6 milhão de hectares, ou 21,6%. A maior redução do país;
- ❖ No entanto, no Sul, ocorreu o incremento de 2,6 milhões hectares na área dos “estabelecimentos patronais” (19,8%);
- ❖ Houve a redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar em 16 unidades da federação;
- ❖ De 2006 para 2017 o pessoal ocupado pela agricultura familiar caiu de 12.323.110 para 10.115.559; uma redução de 2.207.551 pessoas (-18%);
- ❖ O Nordeste foi a região que apresentou a maior perda absoluta de pessoal ocupado com redução de 1.7 milhão de pessoas (-26%);
- ❖ Em termos relativos a maior redução no pessoal ocupado ocorreu na região Sul (-28%) ou 628 mil pessoas a menos;
- ❖ Na agricultura patronal ocorreu processo inverso. O pessoal ocupado passou de 4.245.095 em 2006, para 4.989.566 em 2017, com o crescimento do pessoal ocupado em todas as regiões, com destaque, em termos relativos, para a região Norte que experimentou crescimento de 64,5%, seguida do Centro-Oeste com 32,1%, o que se deve à expansão do agronegócio na Amazônia;
- ❖ Nos estabelecimentos familiares o Valor da produção agropecuária em 2017 foi de R\$ 106.489.087.000,00, ou 23% do valor total;
- ❖ Em relação ao CA 2006, houve uma redução substancial da participação da agricultura familiar no valor total da produção agropecuária. Em 2006, essa proporção foi de 33%. Portanto, os dados de 2017 refletem uma redução de 10 pontos percentuais;

- ❖ A receita total dos estabelecimentos agropecuários no período pesquisado pelo CA 2017, foi de R\$ 413.965.929.000,00, dos quais, R\$ 394.022.837.000,00 provenientes da agropecuária e R\$ 19.943.092.000,00 de atividades “não agrícolas” (4,8%);
- ❖ A agricultura familiar participou com 22,3% da receita e a “não familiar” com 77,7%. Em 2006, a participação da agricultura familiar nas receitas totais dos estabelecimentos foi de 29,4%. Portanto, foi constatado o encolhimento da participação da agricultura familiar nas receitas;
- ❖ No que tange às atividades não agrícolas as participações da agricultura familiar e não familiar foram, respectivamente, de 38,7% e 61,3%;
- ❖ Em relação a 2006 ocorreu a queda na participação da agricultura familiar nas receitas não agrícolas. Naquele ano foi de 43,2%;
- ❖ O CA 2017 registrou a expressiva redução da área com lavouras temporárias nos estabelecimentos familiares. Houve uma queda de 2,6 milhões ha ou 21,5% de 2006 para 2017. Trata-se de fenômeno muito preocupante já que as lavouras temporárias incluem alimentos essenciais da mesa dos brasileiros;
- ❖ Consistente com a constatação acima, a Figura 1 abaixo mostra as reduções expressivas, de 2006 para 2017, na participação da agricultura familiar na produção total de produtos estratégicos das lavouras temporárias:

**Figura 1** – Participação da agricultura familiar na produção de lavouras temporárias (2006 e 2017, produtos selecionados)



Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Refletindo, ainda, a perda de participação da agricultura familiar nas lavouras temporárias, mas também na pecuária, o Quadro 1 expressa as participações da “agricultura familiar” e da “não familiar” na produção ou no efetivo/venda de vários produtos na posição pesquisada pelo CA 2017.

**Quadro 1** – Distribuição da produção/efetivo/venda entre agricultura familiar e não familiar (2017, produtos selecionados)

	<b>Arroz</b>	<b>Feijão de cor</b>	<b>Feijão fradinho</b>	<b>Feijão preto</b>
Produção/venda/efetivo	11.056.719 (t)	1.292.645 (t)	458.069 (t)	393.710 (t)
<b>Agricultura familiar (%)</b>	<b>10,9</b>	<b>11,6</b>	<b>34,4</b>	<b>41,8</b>
Agricultura não familiar (%)	89,1	88,4	65,6	58,2
	<b>Milho</b>	<b>Soja</b>	<b>Café arábic</b>	<b>Café canephora (robusta, conilon)</b>
Produção/venda/efetivo	88.099.622 (t)	103.156.255 (t)	1.903.283 (t)	478.364 (t)
<b>Agricultura familiar (%)</b>	<b>12,5</b>	<b>9,3</b>	<b>35,4</b>	<b>49,8</b>
Agricultura não familiar (%)	87,5	90,7	64,6	50,2
	<b>Frango (venda)</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Laranja</b>	<b>Ovos de galinha (venda)</b>
Produção/venda/efetivo		172.719.164 (cabeças)	15716344 (t)	3.538.945.207 (dz)
<b>Agricultura familiar (%)</b>	<b>36,0</b>	<b>31,0</b>	<b>7,1</b>	<b>9,0</b>
Agricultura não familiar (%)	64,0	69,0	90,0	91,0
	<b>Algodão herbáceo</b>	<b>Trigo</b>	<b>Banana</b>	<b>Cana de açúcar</b>
Produção/venda/efetivo	3.747.411 (t)	4.681.069 (t)	4.068.800 (t)	638.689.875 (t)
<b>Agricultura familiar (%)</b>	<b>0,1</b>	<b>18,0</b>	<b>48,8</b>	<b>1,9</b>
Agricultura não familiar (%)	99,9	81,6	51,2	98,1
	<b>Mandioca</b>	<b>Cacau</b>	<b>Leite vaca</b>	<b>Suínos (venda)</b>
Produção/venda/efetivo	6.559.289 (t)	161677 (t)	30156279 (1.000 l)	66.990.084 cab
<b>Agricultura familiar (%)</b>	<b>69,6</b>	<b>56,9</b>	<b>64,2</b>	<b>34,5</b>
Agricultura não familiar (%)	20,0	43,1	35,8	65,5

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

As despesas nos estabelecimentos familiares (R\$ 62.289.835.000,00) corresponderam a 19% do total. Os principais itens foram: sal, rações e outros suplementos (18,7%); adubos e compra de animais (11,5% cada); combustíveis e salários (8,2% cada); energia elétrica (6,6%); agrotóxicos (5,9%).

Na agricultura patronal os principais itens das despesas foram: salários (16,2%); adubos (13,3%) e agrotóxicos (10,9%). Não é à toa a luta insana dos ruralistas pela reforma trabalhista; pela desoneração dos adubos e agrotóxicos e, em especial, pelo aumento da oferta dos venenos.



Sobre o tema dos agrotóxicos, os dados revelam que tanto na “agricultura familiar” como na “não familiar”, os estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos em 2017 equivaleram a 33% do respectivo número total de estabelecimentos. Sem dúvidas, esse desempenho da agricultura familiar no uso dos agrotóxicos se deve ao crescimento do Pronaf.

Quanto à agricultura orgânica, houve queda acentuada no número de estabelecimentos que pratica agricultura orgânica. Em 2006 o uso de agricultura orgânica envolvia 90.948 estabelecimentos (1,8% do total de estabelecimentos); em 2017, esse número caiu para 64.690 estabelecimentos (1,3% do total). A redução em 2017 em comparação com 2006 foi de 29%.

De 2006 para 2017 ocorreu o incremento na área dos estabelecimentos agropecuários, de 17,6 milhões de hectares. Desta área, 17 milhões hectares foram apropriadas pelos estabelecimentos com 1.000 hectares e mais, o que mostra a continuidade do processo de concentração de terras.

Vale notar que o fato se deu mesmo com o processo significativo de incorporação de terras pelo programa de reforma agrária. De 2006 a 2017 foram incorporados pelo programa, 28,9 milhões hectares, o que confirma que historicamente o programa foi baseado em terras públicas.

## 2. PESSOAL OCUPADO/ POPULAÇÃO RURAL

O Quadro 2 exhibe os dados da população total, população rural e pessoal ocupado na agropecuária nos anos especificados.

**Quadro 2** – Pessoal ocupado na agropecuária (Brasil, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017)

	1975	1980	1985	1995/ 1996	2006	2017	Variação 2006-2017	
							Absoluta	%
Pessoal ocupado	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 568 205	15 105 125	-1.463.080	-8.8
Pop. Total	107.216.205	120.694.009	135.274.080	162.019.896	188.167.356	207.833.823	19.666.467	10,4
Pop. rural	42.196.105	41.839.482	40.889.488	36.338.396	31.861.129	28.654.406	-3.206.723	-10.1
Pop. rural/ total (%)	39,3	34,0	30,2	22,0	16,9	13,8	-	-

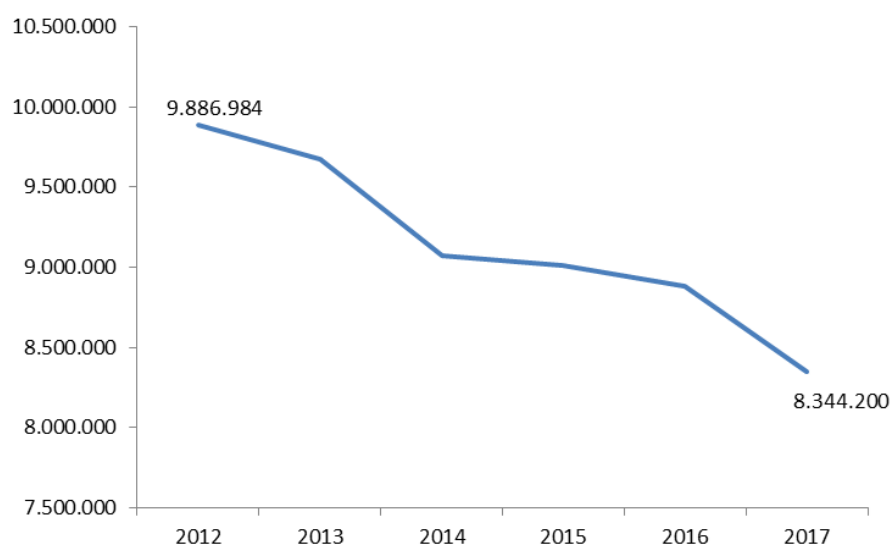
Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Com 15,1 milhões, o pessoal ocupado na agropecuária em 2017, foi 8,8% menor que o constatado em 2006, assim reproduzindo, sem contrapesos, tendência clássica do avanço do capitalismo no campo. Idêntico fenômeno ocorreu com a população rural que

foi reduzida em 3,2 milhões de pessoas, de 2006 para 2017, enquanto a população total brasileira cresceu 19,7 milhões de pessoas, no período. A população rural que representava 39,3% da população total em 1975, não passou de 13,8% em 2017. Em 2006 essa relação foi de 16,9%.

De acordo com o CEPEA/ESALQ/USP (2018), mais da metade do pessoal ocupado na agropecuária está vinculado à base primária do agronegócio, cujo contingente da mesma forma vem sofrendo redução expressiva conforme a Figura 2:

**Figura 2** – População ocupada na agropecuária - agronegócio (Brasil, 2012-2017)



Fonte: CEPEA/ESALQ/USP (2020); Elaboração própria.

**Quadro 3** – População ocupada, por estabelecimento agropecuário (Brasil, anos selecionados)

Média de pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário (Pessoas/estabelecimento)					
1975	1980	1985	1996	2006	2017
4,07	4,10	4,03	3,69	3,20	2,98

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

A partir desses dados, observamos que de 2006 para 2017 o pessoal ocupado pela “agricultura familiar” caiu de 12.323.110 para 10.115.559; uma queda de 2.207.551 *pessoas* (-18%). O Nordeste foi a região que apresentou a maior perda absoluta de pessoal ocupado com redução de 1,7 milhão de pessoas (-26%). Em termos relativos a maior redução no pessoal ocupado ocorreu na região Sul (-28%) ou 628 mil pessoas.

Na agricultura não familiar ocorreu processo inverso. O pessoal ocupado passou de 4.245.095 em 2006, para 4.989.566 em 2017, com o crescimento do pessoal ocupado em todas as regiões, com destaque, em termos relativos, para a região Norte que experimentou crescimento de 64.5%, seguida do Centro-Oeste com 32.1%, o que se deve à expansão do agronegócio na Amazônia. Essa constatação do CA 2017 não coincide com os dados do CEPEA/ESALQ/USP antes colocados.

O Quadro 4 apresenta, para 2017, o pessoal ocupado segundo a Agricultura familiar e Não-Familiar, segundo gênero e idade. Vê-se que do pessoal ocupado na agricultura familiar, 67.2% eram homens, dos quais, 3.5% com menos de 14 anos. Entre as mulheres, 6% tinham menos de 14 anos.

**Quadro 4** – População ocupada, por estabelecimento agropecuário (Brasil, 2017)

Variáveis selecionadas	Homens			Mulheres	
	Total	Total	Menos de 14 anos	Total	Menos de 14 anos
<b>Total</b>	<b>15.105.125</b>	<b>10.726.106</b>	<b>323.863</b>	<b>4.379.019</b>	<b>256.189</b>
Agricultura Não familiar	4.989.566	3.928.224	81.947	1.061.342	56.977
Agricultura familiar	10.115.559	6.797.882	241.916	3.317.677	199.212

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O Quadro 5 expõe os dados do Pessoal Ocupado (PO) por região:

**Quadro 5** – População ocupada, por Grande Região (Brasil, 2006 e 2017)

	2006			2017			Var. Agr. Não fam	Var. Agr. Fam
	Total	Agr. Não fam.	Agr. Familiar	Total	Agr. Não fam.	Agr. Familiar		
<b>Norte</b>	1.655.649	272.009	1.383.640	2.010.291	447.537	1.562.754	64,5%	12,9%
<b>Nordeste</b>	7.699.138	1.333.887	6.365.251	6.376.764	1.668.094	4.708.670	25,1%	-26,0%
<b>Sudeste</b>	3.283.049	1.484.114	1.798.935	3.187.377	1.516.681	1.670.696	2,2%	-7,1%
<b>Sul</b>	2.920.445	676.098	2.244.347	2.340.866	724.576	1.616.290	7,2%	-28,0%
<b>Centro-Oeste</b>	1.009.924	478.987	530.937	1.189.827	632.678	557.149	32,1%	4,9%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O Quadro 6 apresenta o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por Unidade da Federação (UF) em 2017. A Bahia continua liderando o ranking do PO em estabelecimentos agropecuários no Brasil com 2,1 milhões de pessoas. O Distrito Federal apresenta o menor número, mas é a UF com a segunda maior proporção de PO por estabelecimento, atrás apenas de São Paulo.

**Quadro 6** – População ocupada, por UF (Brasil, 2017)

	<b>Nº de estabelec. com PO</b>	<b>Pessoal ocupado</b>	<b>PO/Estabelec (%)</b>
Bahia	761.101	2.106.127	2,8
Minas gerais	606.889	1.836.353	3,0
Rio Grande do Sul	364.839	992.413	2,7
Pará	281.064	979.648	3,5
Ceará	372.954	928.646	2,5
Paraná	304.966	846.642	2,8
São Paulo	188.068	833.195	4,4
Pernambuco	281.028	779.727	2,8
Maranhão	211.446	692.870	3,3
Piauí	241.162	670.321	2,8
Santa Catarina	182.804	501.811	2,7
Goiás	152.106	490.612	3,2
Paraíba	162.326	424.116	2,6
Mato grosso	118.631	422.453	3,6
Espírito santo	107.956	357.258	3,3
Amazonas	79.570	330.719	4,2
Alagoas	98.111	326.913	3,3
Rondônia	91.412	270.812	3,0
Mato Grosso do Sul	71.090	254.971	3,6
Sergipe	93.193	234.161	2,5
Rio Grande do Norte	63.251	213.883	3,4
Tocantins	63.716	204.430	3,2
Rio de janeiro	65.202	160.571	2,5
Acre	37.249	126.514	3,4
Roraima	16.841	67.070	4,0
Amapá	8.501	31.098	3,7
Distrito Federal	5.245	21.791	4,2

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

### 3. AVANÇO DA “MODERNIZAÇÃO”

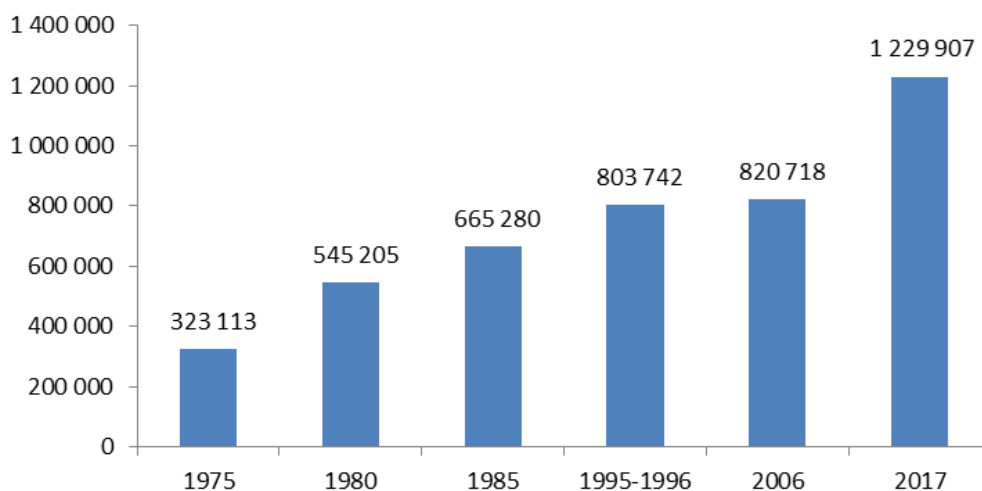
Carece de maiores reflexões teóricas a sustentação da tese segundo a qual a redução do pessoal ocupado num contexto de expansão expressiva da produção agropecuária no período, como no caso brasileiro, tenha sido decorrência dos ganhos de produtividade. Afinal, na agricultura “não familiar” ocorreu o aumento do pessoal ocupado.

De todo o modo há essa tendência associada ao avanço da modernização do setor, com destaque, para a mecanização e quimificação. Vejamos a seguir o que revela o CA 2017 sobre alguns desses fenômenos.

### 3.1 Tratores

A Figura 3 ilustra a evolução do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários, de 1975 a 2017.

**Figura 3** – Evolução do N° de Tratores em Estabelecimentos Agropecuários (Brasil, 1975, 2017)



Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

No período de 2006 a 2017 ocorreu o processo de mecanização intensiva da atividade agropecuária a julgar pelo incremento de 50% no número de tratores. Esse desempenho só foi superado no período de 1975 a 1980 (68,7%) auge da modernização da agricultura e com financiamento altamente subsidiado da atividade graças à famosa conta-movimento do Banco do Brasil.

Em 2006 os 820.718 tratores estavam distribuídos em 530.346 estabelecimentos. Em 2017, os 1.228.634 tratores estavam distribuídos em 734.280 estabelecimentos. Significa que em 2006, somente 10,2% dos estabelecimentos tinham trator. Esta participação subiu para 14,5% em 2017.

Em 2017, dos 1.229.907 tratores contabilizados, 549.572 pertenciam a agricultores familiares (44,7%), dos quais, 487.986 com menos de 100 CV. Essa intensa mecanização das camadas plenamente integradas ao mercado da agricultura familiar foi resultado do programa com a denominação *sui generis* de “Mais Alimentos”.

O Quadro 7 fornece os dados, por região e pelos 10 estados principais, do número de tratores em 2017, por agricultura familiar e não familiar. Vê-se que o RS é o estado com o maior número de estabelecimentos com tratores. Em termos regionais, a região Sul detém o maior número de tratores, seguido da região Sudeste. Graças aos

estados de Santa Catarina e Paraná, o Sul é a única região do país onde a agricultura familiar possui mais tratores que a não familiar.

Em proporção aos respectivos números totais de estabelecimentos, Santa Catarina e São Paulo são os líderes em tratores. O Rio Grande do Sul que lidera esse ranking entre os estados tem 100 mil tratores a mais que as regiões Norte e Nordeste juntas.

**Quadro 7 - Distribuição dos tratores por Região e dez estados principais – Agricultura Familiar e Não Familiar (Brasil, 2017)**

	<b>Total</b>	<b>Agricultura Não Familiar</b>	<b>Agricultura familiar</b>
Norte	58.436	42.170	16.266
Nordeste	83.866	57.224	26.642
Sudeste	373.952	230.014	143.938
Sul	517.042	192.633	324.409
Centro-Oeste	196.611	158.294	38.317
Rio Grande do Sul	242.274	88.539	153.735
São Paulo	175.459	111.727	63.732
Paraná	166.393	76.980	89.413
Minas Gerais	163.431	102.041	61.390
Santa Catarina	108.375	27.114	81.261
Mato Grosso	71.132	55.662	15.470
Goiás	69.060	55.673	13.387
Mato Grosso do Sul	53.439	44.772	8.667
Bahia	38.615	26.237	12.378
Espírito Santo	24.314	10.457	13.857

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

### 3.2 Agrotóxicos

Para aferir a utilização dos agrotóxicos o IBGE considerou quatro categorias: “utilizou”; “não utilizou”; “não utilizou e não usa”; e “não utilizou, mas usa”. Consideramos mais correto utilizar os dados dos estabelecimentos que fizeram uso dos venenos no ano da pesquisa e daqueles que utilizam os venenos, mas que circunstancialmente não o fizeram no ano da pesquisa.

Nesses termos, em 2006, 1.553.455 estabelecimentos agropecuários utilizaram agrotóxicos, o que correspondeu a 30% do número total de estabelecimentos. Em 2017 foram 1.816.144 os estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos, ou 36% do total. De 2006 para 2017 houve o aumento de 17% no número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos.

O IBGE divulga, também, os dados do uso dos venenos por “grupo de área de lavoura” e “grupos de área total”. O uso de agrotóxicos por grupo de área de lavoura está sintetizado na Tabela abaixo, na qual se percebe que quase todos os estabelecimentos com grupos de área de lavoura de 200ha e mais utilizaram agrotóxicos:

**Quadro 7 - Distribuição dos tratores por Região e dez estados principais – Agricultura Familiar e Não Familiar (Brasil, 2017)**

Grupos de área de lavoura	Uso de agrotóxicos		
	Total (A)	Utilizou (B)	A/B (%)
Até menos de 20ha	3.566.911	1.286.113	36,1
De 20 ha a menos de 200 há	203.961	157.864	77,4
De 200 ha e mais	40.952	37.703	92,1

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Outra informação fornecida pelo CA 2017 refere-se aos estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos, segundo a tipologia "agricultura familiar" e "não familiar". Os dados revelam que tanto na “agricultura familiar” como na “não familiar”, os estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos em 2017 equivaleram a 33% do respectivo número total de estabelecimentos. Sem dúvidas, esse desempenho da agricultura familiar no uso dos agrotóxicos se deve ao crescimento do Pronaf. Contudo, a análise qualitativa do tema é possibilitada com os dados do CA 2017 sobre a composição dos dispêndios produtivos nos estabelecimentos.

Os dispêndios com agrotóxicos em 2017, pelos 1.683.728 estabelecimentos (neste caso, sem a categoria “usa, mas não utilizou em 2017”) totalizaram R\$ 32,5 bilhões, o que resultou no valor médio, por estabelecimento, de R\$ 19,3 mil. A participação dos gastos com agrotóxicos nos dispêndios produtivos totais dos estabelecimentos correspondeu a 10%. A agricultura “não familiar” foi responsável por 89% dos gastos totais com agrotóxicos. O Quadro 8 resume esses dados.

Outra informação de validade duvidosa que o CA 2017 buscou sobre o uso dos agrotóxicos foi a sua correlação com o nível de escolaridade dos produtores. Dos produtores que sabem ler e escrever 36,3% (3.891.815) usaram agrotóxicos. De outra parte, dos produtores que não sabem ler e escrever 22,5% (1.164.710) utilizaram agrotóxicos. Ou seja, por esse parâmetro os agrotóxicos são muito mais, coisa de “sabido”.

**Quadro 8 – Gastos com Agrotóxicos (Brasil, 2017)**

	<b>Estabelecimentos que utilizaram</b>	<b>Valor (mil reais)</b>	<b>Valor/estabelecimento</b>
Total	1.683.728	32.470.461	19.285
Agricultura familiar não familiar	387.189	28.780.573	74.332
Agricultura familiar	1.296.539	3.689.888	2.846

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Dos estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos, 37% tiveram acesso aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Destes, 31,2% dos serviços foram fornecidos pelo governo; 28,3% de ATER própria; 32,5% de cooperativas; 19% de empresas integradoras; entre outras fontes.

Especificamente no caso da agricultura familiar, 34% dos estabelecimentos que usam agrotóxicos receberam os serviços de ATER, 36% dos quais, pelo governo; 20% própria; 33,3% de cooperativas.

### 3.3 Agricultura Orgânica

Houve queda acentuada no número de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica. Em 2006 o uso de agricultura orgânica envolvia 90.948 estabelecimentos (1,8% do total de estabelecimentos); em 2017, esse número caiu para 64.690 estabelecimentos (1,3% do total). A redução em 2017 em comparação com 2006 foi de 29%;

Em relação aos respectivos números totais de estabelecimentos, a proporção de agricultores familiares que pratica a agricultura orgânica é idêntica ao da agricultura não familiar: 1,3%. São 15.360 estabelecimentos não familiares, e 49.330 familiares que faziam agricultura orgânica em 2017. O Quadro 9 expõe os dados agregados sobre os estabelecimentos que praticavam agricultura orgânica em 2017, por agricultura familiar e não familiar:

**Quadro 9 – Estabelecimentos que praticam Agricultura Orgânica (Brasil, 2017)**

<b>Total</b>			<b>Agricultura Não Familiar</b>			<b>Agricultura Familiar</b>		
<i>Total</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Total</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Total</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
5.073.324	64.690	2.689.934	1.175.916	15.360	616.722	3.897.408	49.330	2.073.212

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O Quadro 10 resume a utilização de agricultura orgânica em 2017 no Brasil e por região. O Centro-Oeste é a região que apresenta a maior proporção dos



estabelecimentos que pratica a agricultura orgânica. O NE é a região com o menor número relativo de estabelecimentos com a prática da agricultura orgânica.

**Quadro 10 – Uso da Agricultura Orgânica (Brasil e Grandes Regiões, 2017)**

Brasil e Grande Região	Nº de estabelecimentos (A)	Uso de agricultura orgânica		(B/A)
		Agricultura/pecuária orgânica - não faz	Agricultura/pecuária orgânica - sim, faz (B)	
Brasil	5.072.152	5.003.436	68.716	1,4%
Norte	580.446	572.512	7.934	1,4%
Nordeste	2.322.495	2.303.347	19.148	0,8%
Sudeste	969.258	949.574	19.684	2,0%
Sul	853.232	839.116	14.116	1,7%
Centro-Oeste	346.721	338.887	7.834	2,3%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O Quadro 11 demonstra o uso da agricultura orgânica por outras variáveis selecionadas, onde se destaca: o nível acentuado da atividade sem orientação ou assistência técnica (76% do total); a concentração da prática da agricultura orgânica nos estabelecimentos com até 100 hectares (93,5%).

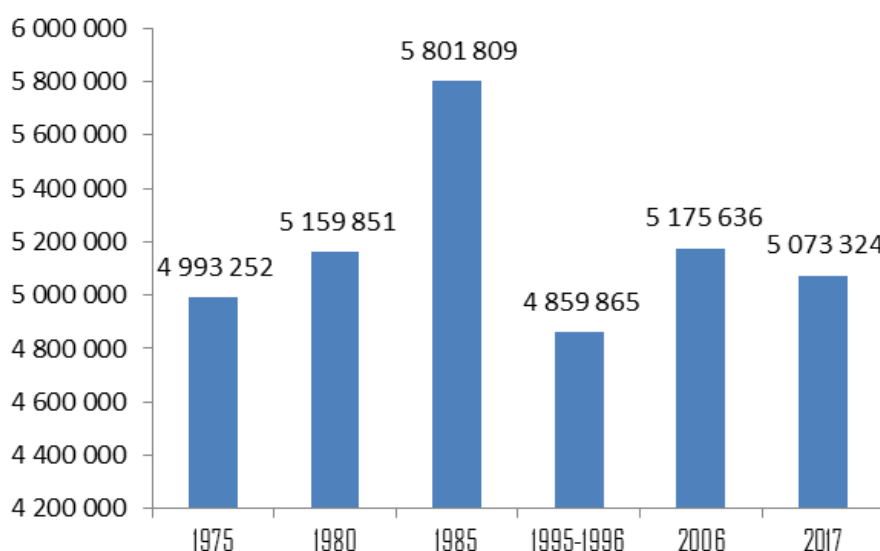
**Quadro 11 – Uso da Agricultura Orgânica por Variáveis Selecionadas (Brasil, 2017)**

	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica ou pecuária orgânica nos estabelecimentos
		<b>Total</b>
<b>Total</b>	5 073 324	64 690
<b>Sexo do produtor</b>		
Homem	4 110 450	50 996
Mulher	946 075	13 326
<b>Orientação ou assistência de técnico (a) especializado (a)</b>		
Sim	1 025 443	15 679
Não	4 047 881	49 011
<b>Grupos de área total (ha)</b>		
Produtor sem área	74.379	1.460
Menos de 10	3.199.964	43.391
De 10 a menos de 100	1.468.780	17.116
De 100 a menos de 1.000	236.299	2.441
De 1.000 e mais	93 902	282

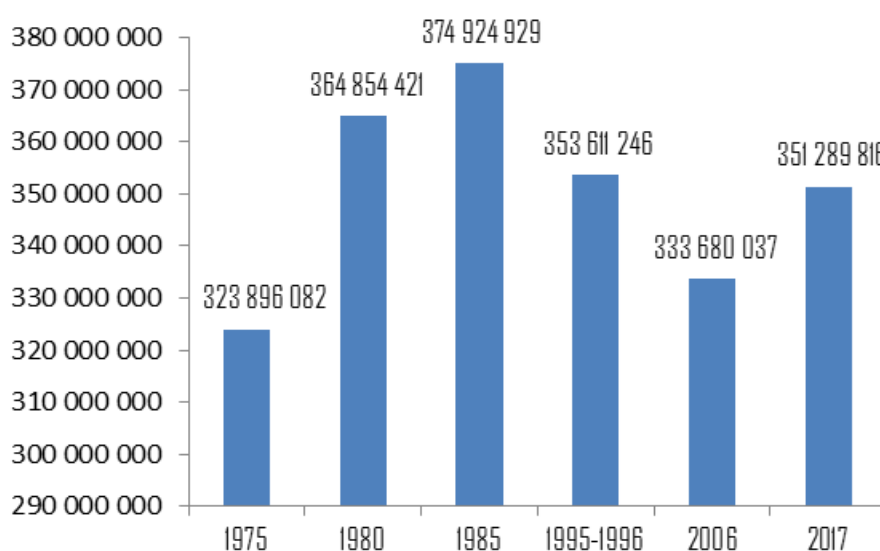
Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

#### 4. OS ESTABELECIMENTOS E INDÍCIOS DE RECONCENTRAÇÃO DA TERRA

As Figuras 4 e 5 retratam as evoluções do número e área dos estabelecimentos agropecuários conforme os censos agropecuários desde 1975.

**Figura 4** – Evolução do Número de Estabelecimentos (Brasil, 2017)

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

**Figura 5** – Evolução da Área dos Estabelecimentos (ha) (Brasil, 2017)

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O CA/2017 registrou 5.073.324 estabelecimentos agropecuários com área acumulada de 351.289.816 hectares, o equivalente a 41,3% da área territorial do país. Em relação ao Censo de 2006, houve redução de 2% no número dos estabelecimentos e incremento de 5,3% na área: 17,6 milhões hectares a mais. Desses 17,6 milhões de hectares de acréscimo de área dos estabelecimentos, 17 milhões hectares foram incorporados nos estabelecimentos com 1.000 hectares e mais, o que é um indício da continuidade do processo de concentração de terras.

A Quadro 12 compara o número e área dos estabelecimentos de 2006 e 2017, por grupos de áreas selecionados:

**Quadro 12 – Número e Área de Estabelecimentos por Grupos Selecionados (Brasil, 2017)**

	<b>Nº Estabelecimentos</b>	<b>Área</b>
	<b>Total</b>	
2006	5.175.636	333.680.037
2017	5073324	351289816
Variação	-2,0%	5,3%
	<b>Menos de 10 ha</b>	
2006	2.477.151	7.798.777
2017	2 543 681	7 993 968
Variação	2,7%	2,5%
	<b>10 a menos de 100 ha</b>	
2006	1.971.600	62.893.979
2017	1 980 684	63 810 645
Variação	0,5%	1,5%
	<b>Menos de 100 ha</b>	
2006	4.448.751	70.692.756
2017	4 524 365	71 804 614
Variação	1,7%	1,6%
	<b>100 a menos de 1.000 ha</b>	
2006	424.288	112.844.186
2017	420 719	112 257 692
Variação	-0,8%	-0,5%
	<b>1.000 ha e mais</b>	
2006	47.578	150.143.096
2017	51.203	167 227 510
Variação	7,6%	11,4%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Com as ressalvas acerca da utilização da categoria “estabelecimento” para essa finalidade, os dados do CA/2017 demonstram que praticamente após duas décadas do século XXI o padrão histórico brasileiro de hiperconcentração da terra permanece inalterado.

Os resultados da execução do programa de reforma agrária não foram capazes de aliviar essa realidade. Isto, pela predominância das terras públicas no processo de obtenção de terras pelo programa. Quando consideramos os estabelecimentos de 1.000 hectares e mais, observamos que totalizam 51.203 (1% do total) para uma área de 167.227.510 hectares, ou 48% da área total dos estabelecimentos.

Assim, na classe dos estabelecimentos com 1.000 ha ou mais, houve aumento tanto em número (mais 3.625, ou 7,6%) quanto em área (mais 17 milhões de ha, ou 11,4%). Conforme dito, antes, dos 17,6 milhões de hectares de incremento de área nos

estabelecimentos, 17 milhões foram apropriados pelos estabelecimentos de 1.000 hectares e mais.

Reforçando os indícios da concentração da terra, o CA 2017 constatou a existência de 2.450 estabelecimentos com áreas de 10.000 hectares e mais acumulando área de 51.6 milhões de hectares. Ou seja, esses estabelecimentos que representam 0,05% do número total de estabelecimentos controlam 15% da área total desses estabelecimentos. A área controlada por esse ‘punhado’ de estabelecimentos é 6,5 vezes maior que a área controlada pelos 2.5 milhões de estabelecimentos inferiores a 10 hectares.

Os estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares somam 2.543.681 o correspondente a 50,1% do número total de estabelecimentos, e controlam 2,3% da área total, ou 7.993.968 hectares. Em relação a 2006, houve um aumento de 66.530 dessa classe de estabelecimentos permanecendo em 2,3% o controle da terra pelos mesmos.

O Quadro 13 apresenta os dados agregados do número e área dos estabelecimentos de 2006 e 2017:

**Quadro 13** – Número e Área de Estabelecimentos (Brasil e Grandes Regiões, 2006 e 2017)

	Número de Estabelecimentos			Área dos Estabelecimentos			Part. Área na respectiva área Territorial
	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação	
Norte	475.778	580.613	22,0%	55.535.764	65.213.349	20,8%	16,9%
Nordeste	2.454.060	2.322.719	-5,4%	76.074.411	70.893.865	-6,5%	45,6%
Sudeste	922.097	969.415	5,1%	54.937.773	60.302.969	10,6%	65,2%
Sul	1.006.203	853.314	-15,2%	41.781.003	42.875.310	3,2%	74,3%
Centro-Oeste	317.498	347.263	9,2%	105.351.087	112.004.322	6,6%	69,5%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Conforme previsível, a região Norte foi a que experimentou o maior crescimento no número e área dos estabelecimentos. Em que pese o avanço de 20,8% na área dos estabelecimentos no Norte, a atual área dos estabelecimentos corresponde a apenas 16,9%. Esse fato chama a atenção por revelar a dimensão da balburdia fundiária na região. Afinal, a área urbana está muito longe de constituir 83% da área territorial da região Norte.

A região Sul foi a que apresentou a maior redução no número de estabelecimentos (-15,2%) em que pese o incremento de 3,2% na área. Já a região

Nordeste foi a única que apresentou redução no número e na área dos estabelecimentos; respectivamente, de -5,4% e -6,5%.

A seguir, o Quadro 14 com os estabelecimentos e áreas pelas grandes regiões, por grupos de áreas selecionadas em 2017:

**Quadro 14** – Estabelecimentos e grupos de áreas (Brasil e Grandes Regiões, 2017)

	Menos de 10 ha		De 1.000 ha a mais		De 10.000 ha a mais	
	Nº estalec.	Área - ha	Nº estalec.	Área - há	Nº estalec.	Área - há
Brasil	2.543.681	7.993.967	51.203	167.227.509	2.450	51.645.332
Norte	201.557	557.906	9.940	31.582.532	362	8.567.433
Nordeste	1.510.018	3.842.245	7.329	23.410.411	387	7.776.688
Sudeste	422.411	1.737.569	6.731	19.687.657	294	5.186.072
Sul	340.811	1.543.803	5.690	12.370.977	79	1.314.574
Centro-Oeste	68.884	312.444	21.513	80.175.932	1.328	28.800.565

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O Nordeste detém 59,4% dos estabelecimentos até menos de 10 hectares do país, sendo que a área desses estabelecimentos equivale a 48% da área total dessa faixa de estabelecimentos do país. Em relação aos agregados nacionais, o número de estabelecimentos agropecuários com menos de 10 ha no NE corresponde a 30% do total no Brasil. Contudo a área cumulada por esses micro estabelecimentos no NE equivale a 1% da área total dos estabelecimentos do país.

No outro extremo o Centro-Oeste concentra 54,2% dos estabelecimentos com áreas de 10 mil hectares e mais, concentrando, ainda, 56% da área total dessa faixa. Embora esta informação não conste no quadro acima, o estado da Bahia lidera com folga a participação dos estabelecimentos até menos de 10 hectares. No estado, 61,2% dos estabelecimentos agropecuários estão incluídos nessa faixa de área, sendo que a área total acumulada pelos mesmos representa apenas 2,3% da área total dos estabelecimentos no estado.

O Mato Grosso lidera no número de estabelecimentos com 1.000 ha e mais. Tem 9.525 estabelecimentos (8% do total estadual), com área acumulada de 43.996.370, ou 80% da área total dos estabelecimentos no estado. O MT também lidera na faixa de 10 mil hectares e mais. São 866 estabelecimentos, ou 0,07% do número total de estabelecimentos do estado para uma área acumulada de 43.996.370, o equivalente a 36% da área total dos estabelecimentos no estado.

No Quadro 15 estão resumidos os dados sobre o número e área dos estabelecimentos, de 2006 e 2017, por “agricultura familiar” e “não familiar”:

**Quadro 15** – Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar (Brasil, 2006 e 2017)

	2006		2017	
	<i>Nº estabelecimentos</i>	<i>Área</i>	<i>Nº estabelecimentos</i>	<i>Área</i>
Agricultura não familiar	809.369	253.577.343	1.175.916	270.398.732
Agricultura familiar	4.366.267	80.102.694	3.897.408	80.891.084

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Do quadro se conclui que de 2006 para 2017 *o número de estabelecimentos da agricultura familiar sofreu redução importante de 10,7%*. Foram 468.859 unidades que desapareceram, em que pese o incremento relativamente pequeno da área total, de 788,4 mil hectares. O fato adquire relevo por ter ocorrido mesmo com o processo significativo de incorporação de terras pelo programa de reforma agrária. De 2006 a 2017 foram incorporados pelo programa, 28,9 milhões hectares.

Os fenômenos acima são sugestivos da ocorrência de processo de concentração fundiária interna ao universo da agricultura familiar. Enquanto isso, o número de estabelecimentos não familiares foi ampliado em 366,5 mil unidades, com o incremento na área total de 16,8 milhões hectares, o que reforça a ocorrência, no período, do fenômeno da reconcentração da terra.

O Quadro 16 apresenta a mesma relação para cada uma das regiões do país. Em termos absolutos a região que experimentou a maior redução no número de estabelecimentos familiares foi o Nordeste com 348,3 mil estabelecimentos (-15,9%). No entanto, em termos relativos a maior redução no número de estabelecimentos familiares ocorreu no Sul com uma perda de 21,6% (184 mil estabelecimentos).

No Nordeste quase dobrou o número de estabelecimentos patronais (81,3%), mas com redução expressiva de área, tanto na “agricultura familiar” (2,4 milhões hectares) como na “patronal” (2,8 milhões hectares). Esse fenômeno demanda estudo mais específico.

No Sul ocorreu a importante redução de área nos estabelecimentos familiares, de 1,6 milhão de hectares, ou 21,6%, a maior do país. No entanto, com o incremento de 2,6 milhões hectares na área dos “estabelecimentos patronais” (19,8%).

**Quadro 16** – Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar (Grandes Regiões, 2006 e 2017)

Grande Região	Nº Estabelecimentos				Área			
		2006	2017	Variação		2006	2017	Variação
Norte	<b>Total</b>	475.778	580.613	104.835	<b>Total</b>	55.535.764	65.213.349	9.677.585
Norte	Não familiar	63.112	100.038	36.926	Não familiar	38.924.487	45.446.150	6.521.663
Norte	Agricultura familiar	412.666	480.575	67.909	Agricultura familiar	16.611.277	19.767.199	3.155.922
Nordeste	<b>Total</b>	2.454.060	2.322.719	-131.341	<b>Total</b>	76.074.411	70.893.865	-5.180.546
Nordeste	Não familiar	266.929	483.873	216.944	Não familiar	47.759.359	44.968.122	-2.791.237
Nordeste	Agricultura familiar	2.187.131	1.838.846	-348.285	Agricultura familiar	28.315.052	25.925.743	-2.389.309
Sudeste	<b>Total</b>	922.097	969.415	47.318	<b>Total</b>	54.937.773	60.302.969	5.365.196
Sudeste	Não familiar	222.342	280.470	58.128	Não familiar	42.166.474	46.567.098	4.400.624
Sudeste	Agricultura familiar	699.755	688.945	-10.810	Agricultura familiar	12.771.299	13.735.871	964.572
Sul	<b>Total</b>	1.006.203	853.314	-152.889	<b>Total</b>	41.781.003	42.875.310	1.094.307
Sul	Não familiar	156.510	187.547	31.037	Não familiar	28.726.492	31.382.790	2.656.298
Sul	Agricultura familiar	849.693	665.767	-183.926	Agricultura familiar	13.054.511	11.492.520	-1.561.991
Centro-Oeste	<b>Total</b>	317.498	347.263	29.765	<b>Total</b>	105.000.000	112.004.322	7.004.322
Centro-Oeste	Não familiar	100.476	123.988	23.512	Não familiar	96.000.530	102.034.572	6.034.042
Centro-Oeste	Agricultura familiar	217.022	223.275	6.253	Agricultura familiar	9.350.556	9.969.750	619.194

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Os Quadros 17 e 18 comparam (2006/2017) o número e área dos estabelecimentos para agricultura familiar e não familiar, por UF. Em 16 unidades da federação houve redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar, de 2006 para 2017. Quanto aos estabelecimentos patronais só houve redução no estado de São Paulo (-14,2%) que experimentou redução nos dois casos.

O Maranhão foi o estado que apresentou a maior redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar (-34,1%). Entre os estados que apresentaram incremento no número de estabelecimentos o Amapá liderou o processo tanto na agricultura familiar como não familiar, com respectivamente 137,6% e 128,1%. Da mesma forma o Amapá registrou o maior incremento de área nos estabelecimentos familiares (125,9%).

**Quadro 17** – Número dos estabelecimentos para agricultura familiar e não familiar, por UF (2006 e 2017)

UF	2006- Número			2017 - Número			Variação Agr. não familiar	Variação Agr. familiar
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar		
Amapá	3.527	662	2.865	8.316	1.510	6.806	128,1%	137,6%
Distrito Federal	3.955	2.131	1.824	5.240	2.513	2.727	17,9%	49,5%
Roraima	10.310	1.412	8.898	16.628	3.718	12.910	163,3%	45,1%
Acre	29.483	4.369	25.114	37.085	6.219	30.866	42,3%	22,9%
Pará	222.029	26.044	195.985	277.573	41.645	235.928	59,9%	20,4%
Espírito Santo	84.361	16.947	67.414	107.386	26.877	80.509	58,6%	19,4%
Amazonas	66.784	4.954	61.830	77.840	10.238	67.602	106,7%	9,3%
Goiás	135.692	47.366	88.326	151.906	56.365	95.541	19,0%	8,2%
Mato Grosso do Sul	64.864	23.807	41.057	70.962	27.874	43.088	17,1%	4,9%
Tocantins	56.567	13.758	42.809	63.039	18.573	44.466	35,0%	3,9%
Minas Gerais	551.621	114.301	437.320	605.304	165.134	440.170	44,5%	0,7%
Rio de Janeiro	58.493	14.372	44.121	65.091	21.382	43.709	48,8%	-0,9%
Rondônia	87.078	11.913	75.165	91.132	17.065	74.067	43,2%	-1,5%
Mato Grosso	112.987	27.172	85.815	118.433	36.944	81.489	36,0%	-5,0%
Bahia	761.558	95.791	665.767	756.822	167.386	589.436	74,7%	-11,5%
Piauí	245.378	24.643	220.735	237.272	45.862	191.410	86,1%	-13,3%
Santa Catarina	193.668	25.156	168.512	182.489	39.898	142.591	58,6%	-15,4%
Paraíba	167.286	19.217	148.069	161.656	37.193	124.463	93,5%	-15,9%
Pernambuco	304.790	29.070	275.720	279.437	48.586	230.851	67,1%	-16,3%
Ceará	381.017	39.508	341.509	370.717	86.201	284.516	118,2%	-16,7%
São Paulo	227.622	76.722	150.900	187.848	65.827	122.021	-14,2%	-19,1%
Sergipe	100.607	10.278	90.329	92.742	21.020	71.722	104,5%	-20,6%
Rio Grande do Sul	441.472	63.119	378.353	364.193	70.913	293.280	12,3%	-22,5%
Paraná	371.063	68.235	302.828	304.221	75.999	228.222	11,4%	-24,6%
Alagoas	123.332	11.582	111.750	97.786	15.982	81.804	38,0%	-26,8%
Rio Gr. do Norte	83.053	11.843	71.210	62.893	12.631	50.262	6,7%	-29,4%
Maranhão	287.039	24.997	262.042	202.276	29.718	172.558	18,9%	-34,1%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O estado com a maior perda de área nos estabelecimentos familiares foi Alagoas (-19,3%), estado onde também a agricultura patronal teve perda importante de área (-24,1%).

Os estados que detêm as menores proporções de áreas da agricultura familiar em relação às respectivas áreas totais dos estabelecimentos são: MS (3,9%); DF (5,8%); MT (9,3%); SP (13%); e GO (13,8%). De outra parte, os estados com as maiores proporções da área dos estabelecimentos sob o controle da agricultura familiar, são: PE (51,9%); CE (48,8%); AC (47,7%); SE (46,6%); e AM (44%).



**Quadro 18 – Área dos estabelecimentos para agricultura familiar e não familiar, por UF (2006 e 2017)**

UF	2006 - Área			2017 - Área			Variação Agr. não familiar	Variação Agr. familiar
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar		
Amapá	873.789	742.584	131.205	1.506.294	1.209.862	296.432	62,9%	125,9%
Distrito Federal	251.320	240.453	10.867	257.047	242.260	14.788	0,8%	36,1%
Roraima	3.528.543	2.020.186	1.508.357	4.232.700	2.215.394	2.017.305	9,7%	33,7%
Acre	22.925.331	16.047.946	6.877.384	28.419.453	19.794.861	8.624.592	23,3%	25,4%
Pará	3.668.753	2.193.195	1.475.558	4.018.578	2.252.323	1.766.255	2,7%	19,7%
Espírito Santo	33.083.509	24.247.887	8.835.622	38.168.688	28.188.774	9.979.915	16,3%	13,0%
Amazonas	2.839.854	1.873.241	966.613	3.246.763	2.167.725	1.079.038	15,7%	11,6%
Goiás	2.059.462	1.590.665	468.797	2.375.373	1.852.838	522.535	16,5%	11,5%
Mato Grosso do Sul	26.136.081	22.818.173	3.317.908	26.275.245	22.646.274	3.628.971	-0,8%	9,4%
Tocantins	1.717.532	1.079.634	637.898	2.636.279	1.940.140	696.140	79,7%	9,1%
Minas Gerais	14.387.949	11.699.652	2.688.297	15.180.162	12.293.933	2.886.229	5,1%	7,4%
Rio de Janeiro	48.688.711	43.851.146	4.837.564	54.922.850	49.791.746	5.131.104	13,5%	6,1%
Rondônia	8.433.868	5.141.291	3.292.577	9.219.883	5.739.636	3.480.247	11,6%	5,7%
Mato Grosso	9.506.597	5.747.106	3.759.492	10.009.858	6.157.011	3.852.846	7,1%	2,5%
Bahia	30.274.975	29.090.759	1.184.217	30.549.179	29.354.292	1.194.888	0,9%	0,9%
Piauí	1.482.437	771.546	710.891	1.460.860	780.346	680.515	1,1%	-4,3%
Santa Catarina	7.948.067	4.455.648	3.492.419	6.908.179	3.565.572	3.342.608	-20,0%	-4,3%
Paraíba	6.062.506	3.419.265	2.643.241	6.448.785	3.992.567	2.456.219	16,8%	-7,1%
Pernambuco	29.581.760	19.635.604	9.946.156	28.020.859	19.011.716	9.009.143	-3,2%	-9,4%
Ceará	3.187.928	2.141.858	1.046.070	2.723.148	1.776.639	946.510	-17,1%	-9,5%
São Paulo	5.434.076	2.867.752	2.566.324	4.471.219	2.149.664	2.321.555	-25,0%	-9,5%
Sergipe	3.787.404	2.190.749	1.596.656	3.424.540	1.983.326	1.441.215	-9,5%	-9,7%
Rio Grande do Sul	20.326.715	14.168.104	6.158.610	21.684.558	16.208.095	5.476.463	14,4%	-11,1%
Paraná	16.954.949	14.454.682	2.500.267	16.512.145	14.357.761	2.154.384	-0,7%	-13,8%
Alagoas	13.033.568	8.518.929	4.514.639	12.238.489	8.458.170	3.780.319	-0,7%	-16,3%
Rio Gr. do Norte	15.391.782	11.139.123	4.252.659	14.741.967	11.182.128	3.559.838	0,4%	-16,3%
Maranhão	2.112.574	1.430.169	682.405	1.636.712	1.085.678	551.034	-24,1%	-19,3%

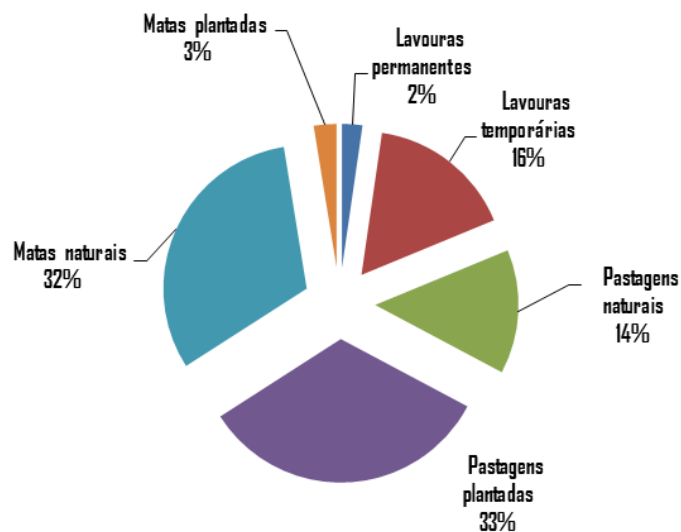
Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Está claro, tanto pelos dados dos estados como das regiões que está em curso o acelerado processo de integração da região Norte no avanço da agricultura do agronegócio.

## 5. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

A Figura 6 expõe a configuração do uso da terra nos estabelecimentos agropecuários, de acordo com o CA/2017.

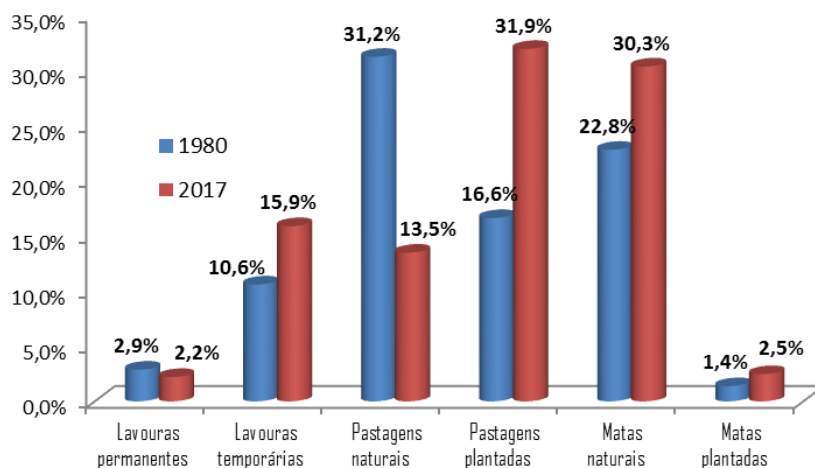
**Figura 6** – Configuração do uso da terra nos estabelecimentos agropecuários (Brasil, 2017)



Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Para se ter uma visão das mudanças na utilização das terras num prazo mais longo, a Figura 7 apresenta a participação na área total dos estabelecimentos, da área de cada categoria utilizada pelo Censo, nos anos de 1980 e 2017.

**Figura 7** – Participação na área total dos estabelecimentos por categoria (Brasil, 2017)



Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O Quadro 19 fornece os dados agregados nacionais da utilização da terra, por agricultura familiar e não familiar. A expressiva redução da área com lavouras temporárias nos estabelecimentos familiares (2,6 milhões ha ou 21,5%) de 2006 para 2017, é um fenômeno muito preocupante, já que as lavouras temporárias incluem os

principais alimentos da mesa dos brasileiros. Além disso, foi neste segmento, mais precisamente nos grãos, que o Brasil experimentou importante desempenho na década em consideração. Tanto que a área com lavouras temporárias pela agricultura patronal expandiu em 13,6 milhões ha, ou 41,8%.

**Quadro 19** – Utilização da terra, por agricultura familiar e não familiar (Brasil, 2017)

	Lavouras – permanentes			Lavouras - temporárias		
	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação
Total	11.679.152	7.755.817	-33,6%	44.609.043	55.642.060	24,7%
Não familiar	7.387.618	4.686.243	-36,6%	32.592.327	46.214.518	41,8%
Agricultura familiar	4.291.534	3.069.574	-28,5%	12.016.716	9.427.542	-21,5%
	Lavouras - área para cultivo de flores			Pastagens - naturais		
Total	100.607	119928	19,2%	57.633.189	47.323.399	-17,9%
Não familiar	82.250	77287	-6,0%	43.082.447	35.096.945	-18,5%
Agricultura familiar	18.357	42640	132,3%	14.550.742	12.226.454	-16,0%
	Pastagens – plantadas			Matas e/ou florestas - naturais destinadas à APP ou RL		
Total	102.408.873	112.174.148	9,5%	50.933.736	74.961.830	47,2%
Não familiar	80.708.039	85.422.315	5,8%	42.813.085	61.619.960	43,9%
Agricultura familiar	21.700.833	26.751.834	23,3%	8.120.651	13.341.870	64,3%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Os dados postos permitem admitir a hipótese de que *na agricultura familiar ocorra processo de conversão de áreas de lavouras temporárias em pastagens plantadas*. Na agricultura familiar o incremento de áreas com pastagens plantadas foi de 5 milhões hectares (23,3%); o equivalente a 51% da expansão da área total com pastos plantados no período (9,8 milhões hectares).

A década em consideração manteve a tendência de substituição de passos naturais por plantados. Digno de destaque foi a continuidade, em grandes proporções, da redução das áreas com pastagens naturais (-10,3 milhões ha).

A expressiva expansão das Matas e/ou florestas - naturais destinadas à APP ou RL notadamente pela agricultura familiar (64,3%) foi um mérito dos governos do PT que teve como ponto de inflexão a aprovação do Código Florestal.

A evolução da configuração de utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários conforme os CAs desde 1975 consta no Quadro 20.

**Quadro 20** – Evolução da utilização da terra (Brasil, vários anos)

Utilização das terras (ha)	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017	Varição 2017/2006
Lavouras permanentes	8 385 395	10 472 135	9 903 487	7 541 626	11 679 152	7 755 817	-33,6%
Lavouras temporárias	31 615 963	38 632 128	42 244 221	34 252 829	48 913 424	55 761 988	14,0%
Pastagens naturais	125 950 884	113 897 357	105 094 029	78 048 463	57 633 189	47 323 399	-17,9%
Pastagens plantadas	39 701 366	60 602 284	74 094 402	99 652 009	102 408 873	112 174 148	9,5%
Matas naturais	67 857 631	83 151 990	83 016 973	88 897 582	95 306 715	106 574 867	11,8%
Matas plantadas	2 864 298	5 015 713	5 966 626	5 396 016	4 734 219	8 658 850	82,9%

Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

## 6. UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

### 6.1 Agricultura familiar versus agricultura não familiar. Quem produz quanto?

O CA também apresenta o perfil da produção/venda/efetivo dos principais produtos por estabelecimento “familiar” e “não familiar”. O Quadro 21 resume a participação dessas categorias na produção (ou venda/efetivo) dos respectivos produtos em 2017, onde se constata que nesse conjunto de produtos a participação da “agricultura familiar” superou a “não familiar” em três produtos: mandioca, cacau e leite de vaca.

**Quadro 21** – Evolução da utilização da terra (Brasil, vários anos)

	Arroz em casca	Feijão de cor	Feijão fradinho	Feijão preto
Produção/venda/efetivo	11.056.719 (t)	1.292.645 (t)	458.069 (t)	393.710 (t)
Agricultura familiar	10,9%	11,6%	34,4%	41,8%
Agricultura não familiar	89,1%	88,4%	65,6%	58,2%
	Milho	Soja	Café arábic	Café canephora (robusta, conilon)
Produção/venda/efetivo	88.099.622 (t)	103.156.255 (t)	1.903.283 (t)	478.364 (t)
Agricultura familiar	12,5%	9,3%	35,4%	49,8%
Agricultura não familiar	87,5%	90,7%	64,6%	50,2%
	Frango (venda)	Bovinos	Laranja	Ovos de galinha (venda)
Produção/venda/efetivo		Efetivo (172.719.164 cabeças)	15716344 (t)	3538945207 (dz)
Agricultura familiar	36,0%	31,0%	7,1%	9,0%
Agricultura não familiar	64,0%	69,0%	90,0%	91,0%

Continuação Quadro 21:

	<b>Algodão herbáceo</b>	<b>Trigo</b>	<b>Banana</b>	<b>Cana de açúcar</b>
Produção/venda/efetivo	3.747.411 (t)	4.681.069 (t)	4.068.800 (t)	638.689.875 (t)
Agricultura familiar	0,1%	18,0%	48,8%	1,9%
Agricultura não familiar	99,9%	81,6%	51,2%	98,1%
	<b>Mandioca</b>	<b>Cacau</b>	<b>Leite vaca</b>	<b>Suínos (venda)</b>
Produção/venda/efetivo	6.559.289 (t)	161677 (t)	30156279 (1.000 L)	66.990.084 (cabeças)
Agricultura familiar	69,6%	56,9%	64,2%	34,5%
Agricultura não familiar	20,0%	43,1%	35,8%	65,5%

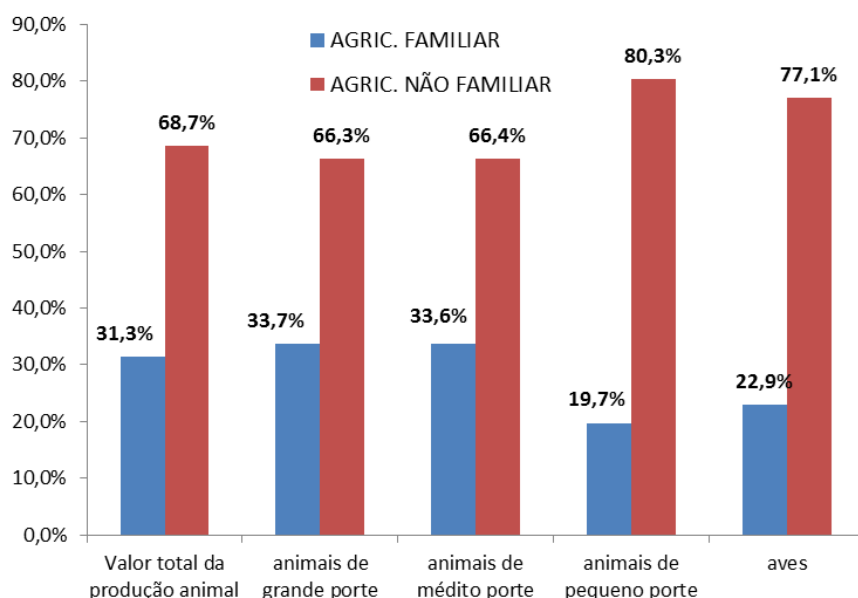
Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

## 6.2 Valor da Produção

De acordo com o CA, em 2017, o valor da produção agropecuária totalizou R\$ 465.105.952.000,00, dos quais, R\$ 157.489.754.000 relativos à produção animal, e R\$ 307.616.198.000,00 da produção vegetal.

As Figuras 8 e 9 retratam as participações da “agricultura familiar” e “não familiar” no valor da produção animal e vegetal.

**Figura 8** – Produção Animal por distribuição entre Agricultura Familiar e Não Familiar (Brasil, 2017)

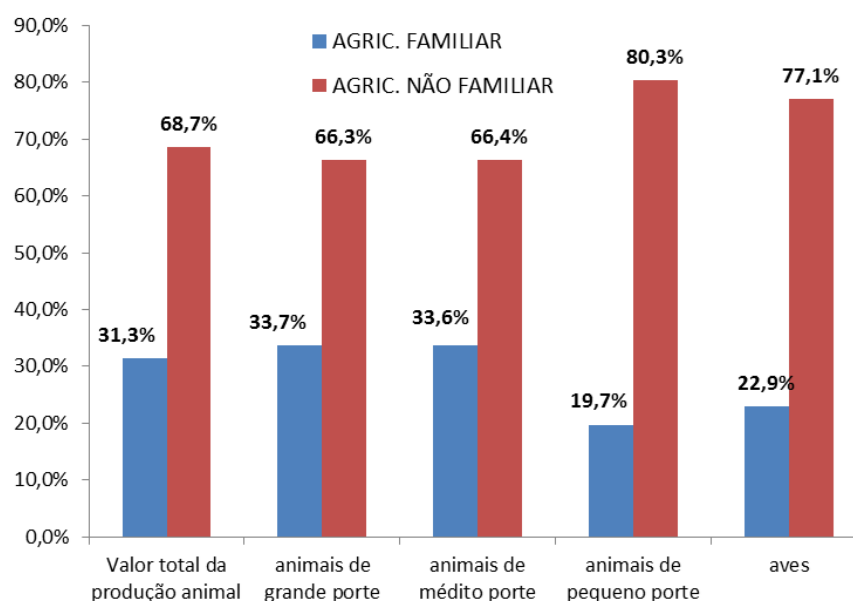


Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

Nos estabelecimentos familiares o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária foi de R\$ 106.489.087.000,00, ou 23% do total. Em relação ao CA 2006, houve uma

redução substancial da participação da agricultura familiar no valor total da produção agropecuária. Em 2006, essa proporção foi de 33%; uma redução de 10 pontos percentuais. Do VBP da agricultura familiar, R\$ 49.352.397.000,00 (46,3%) foram originários da produção animal, e R\$ 57.136.690,00 (53,6%) da produção vegetal.

**Figura 9** – Produção Vegetal por distribuição entre Agricultura Familiar e Não Familiar (Brasil, 2017)



Fonte: IBGE (2019); Elaboração própria.

O valor da produção médio anual, por estabelecimento “não familiar” foi de R\$ 443.082,00, enquanto o dos estabelecimentos familiares foi de R\$ 24.389,00, ou seja, mais de 18 vezes menor que o “não familiar”.

### 6.3 Receita dos estabelecimentos

A receita total dos estabelecimentos agropecuários no período pesquisado pelo CA 2017, foi de R\$ 413.965.929.000,00, dos quais, R\$ 394.022.837.000,00 provenientes da agropecuária e R\$ 19.943.092.000,00 de atividades “não agrícolas” (4,8%). A agricultura familiar participou com 22,3% da receita e a “não familiar” com 77,7%. Em 2006, a participação da agricultura familiar nas receitas totais dos estabelecimentos foi de 29,4%.

Da receita proveniente das atividades agropecuárias, a participação da “agricultura familiar” foi de 21,5% e da “não familiar”, de 78,5%. No que tange às atividades não agrícolas as participações da agricultura familiar e não familiar foram,

respectivamente, de 38.7% e 61.3%. Em relação a 2006 ocorreu a queda na participação da agricultura familiar nas receitas não agrícolas. Essa relação foi de 43,2% em 2006.

#### **6.4 Despesas agropecuárias**

As despesas agropecuárias contabilizadas pelo CA 2017 nos estabelecimentos totalizaram R\$ 327.537.595.000,00. Os seguintes itens, com as respectivas participações no total, integraram essas despesas:

- ❖ Arrendamento de Terras: 6,7%;
- ❖ Contratação de Serviços: 3,5%;
- ❖ Salários Pagos: 14,7%;
- ❖ Adubos e Corretivos: 13,3%;
- ❖ Sementes e Mudas: 5,5%;
- ❖ Compra de Animais: 9%;
- ❖ Agrotóxicos: 9,9%;
- ❖ Medicamentos para Animais: 1,7%;
- ❖ Sal, Ração e Outros Suplementos: 10,5%;
- ❖ Transporte de Produção: 3,5%;
- ❖ Energia Elétrica: 3%;
- ❖ Compra de Máquinas e Veículos: 4,6%;
- ❖ Combustíveis e Lubrificantes: 7,2%;
- ❖ Novas Culturas Permanentes e Silvicultura: 0,2%;
- ❖ Formação de Pastagens: 0,6%;
- ❖ Outras Despesas: 6%;

As despesas nos estabelecimentos familiares (R\$ 62.289.835.000,00) corresponderam a 19% do total. Os principais itens foram: sal, rações e outros suplementos (18,7%); adubos e compra de animais (11,5% cada); combustíveis e salários (8,2% cada); energia elétrica (6,6%); agrotóxicos (5,9%).

Na agricultura patronal os principais itens das despesas foram: salários (16,2%); adubos (13,3%) e agrotóxicos (10,9%). Não é à toa a luta insana dos ruralistas pela reforma trabalhista; pela desoneração dos adubos e agrotóxicos e, em especial, pelo aumento da oferta dos venenos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, são preocupantes vários fenômenos apurados pelo CA 2017, na perspectiva de um projeto de democratização do campo e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

O estudo aqui apresentado, absolutamente limitado, teve a pretensão de chamar a atenção para esses fenômenos com vistas a estimular o aprofundamento e os debates sobre o tema.

A impressão passada pelos CA 2017 é a de que os desafios para democratização da terra, para uma vida digna no campo, para a garantia de direitos, e para a sustentabilidade ambiental passaram a ser ainda mais desafiadores. Sobretudo levando em conta o potencial de retrocessos inerentes ao projeto do atual governo.

Os desafios são grandes, mas a capacidade para enfrentá-los é ainda maior, face a disposição de organização e luta pelas organizações de trabalhadores e da sociedade civil em geral comprometidas com um projeto mais generoso, em especial, para as áreas rurais do Brasil.

## REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/series-temporais>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CEPEA/ESALQ/USP – Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. **Mercado de Trabalho do Agronegócio**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx>>. Acesso em: 23 out. 2019.

*Recebido em 13 de maio de 2020 e aceito em 20 de junho de 2020.*